

> PROA | ENTREVISTA

> DE PEITO ABERTO. TRÂNSITOS ENTRE O RURAL E O URBANO, A ACADEMIA E O “MUNDO LÁ FORA”, O CAMPO E A ESCRITA, O TEXTO E A IMAGEM.

ENTREVISTA COM ANTONIO ARANTES

**POR DANIELA FERIANIⁱ, GUILHERME ANTUNESⁱⁱ
E JULIANA CARNEIROⁱⁱⁱ**

A presente entrevista dá continuidade à série Fundadores*, dedicada a celebrar a história do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp a partir dos seus primeiros professores – Verena Stolcke (à época Verena Martinez-Alier), Antônio Augusto Arantes e Peter Fry, e das circunstâncias que remontam ao seu feliz encontro, há 46 anos. Realizadas em Campinas, de 3 a 6 de novembro de 2013, por alguns estudantes do Programa, as entrevistas estão vinculadas à 3ª edição das Jornadas de Antropologia John Monteiro e figuram como um importante documento da Antropologia no Brasil, abordada/pensada sob o ponto de vista de seus protagonistas.

Antonio Augusto Arantes Neto é professor titular colaborador do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e consultor de políticas culturais, especialista em patrimônio cultural. Tornou-se bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1965. Fez mestrado em Antropologia (1970), na USP, com a pesquisa “O compadrio no Brasil rural: análise estrutural de uma instituição ritual”, com

i Pós-doutoranda em Antropologia pela Universidade de São Paulo.

ii Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas.

iii Mestra em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas.

* N.E. A entrevista com Verena Stolcke foi publicada no último volume: “Imagina as coisas que se podia imaginar”: jovens antropólogos e uma tese embaixo do braço. *PROA: revista de antropologia e arte*, n. 7, v.1, jan-jun 2017, pp. 167-179

orientação de Eunice Ribeiro Durham e Edmund Leach. É doutor em Antropologia (1978) pela University of Cambridge/King's College, onde defendeu a tese "Sociological aspects of folhetos literature in Northeast Brazil", também com orientação de Edmund Leach.

Antonio Arantes foi um dos criadores do Departamento de Antropologia da Unicamp, do qual é o docente mais antigo, contratado em 1968. Foi presidente da ABA - Associação Brasileira de Antropologia (1988-1990), secretário-geral e membro fundador da ALA - Associação Latino-americana de Antropologia (1990-1993). Presidiu o Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (1983-1984) e o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2004-2006).

Foi membro do júri internacional da III Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, realizado pela UNESCO (United Nation Educational, Scientific and Cultural), além de ter participado ativamente da redação e implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (UNESCO, 2005), do Departamento do Patrimônio Imaterial e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, durante o seu mandato como presidente do IPHAN. É membro do ICOMOS e tem participado de diversas reuniões internacionais de especialistas em patrimônio cultural¹. Publicou diversos livros e artigos sobre cultura e política, com ênfase em questões teóricas e práticas relativas ao patrimônio cultural e cultura popular, dentre os quais os títulos citados durante esta entrevista.

Em 5 de novembro de 2013, um dia depois de ter feito a sua fala na abertura das Jornadas de Antropologia John Monteiro, Antônio Augusto Arantes, com simpatia e interesse, recebeu-nos numa sala do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Em uma conversa descontraída, atravessada por lembranças e desafios de um jovem professor na criação do Departamento de Antropologia da Unicamp, Arantes vai tecendo relações entre o contexto político e institucional da época com a sua rica e diversificada trajetória de pesquisa. Percorre, assim, os diferentes temas e lugares pelos quais passou, como campesinato e sertão baiano, literatura de cordel, produção cultural na cidade de São Paulo, patrimônio, o trabalho no Ministério da Cultura e no Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo. O professor nos convida, assim, a refletir sobre as possibilidades e potencialidades do fazer antropológico na sua relação dentro e fora da academia e em suas composições entre observação e descrição, campo e escrita, texto e imagem.

Pergunta (P): Nós gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade em conversar com a gente e

¹ Curriculum vitae disponível em <<http://lattes.cnpq.br/1354195248764045>>.

a bela fala que o senhor fez na abertura das Jornadas. Queremos partir da sua conferência ontem², quando o senhor falou um pouco da sua influência, algumas coisas que te influenciaram no início da sua trajetória. Achamos muito interessante quando o senhor citou seu interesse pelo cinema do Glauber Rocha para entender o contexto do sertão, um interesse que até vinha mais ao seu encontro, até mais do que a própria obra do Euclides da Cunha, que é uma das primeiras referências para os pesquisadores de fora, para o próprio Peter Fry, como ele mesmo citou ontem. Então, aproveitando isso, gostaríamos de saber um pouco mais: quais foram as outras influências nessa sua primeira escolha de campo e como essa primeira pesquisa levou aos temas posteriores, como se deu esse trânsito?

Antonio Arantes (AA): É uma longa história; vou tentar resumir. Essa pergunta é interessante porque, se fosse falar sobre autores ou obras que influenciaram a minha formação, evidentemente Euclides da Cunha não estaria fora. Como mencionei ontem, ele esteve presente até mesmo no meu exame de vestibular. Naquela época, havia prova oral e entrevista dos candidatos. Na minha entrevista, citei *Os Sertões* como uma obra marcante, na verdade um ponto de partida para o meu próprio trabalho. *Os Sertões*, e *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Cândido. Mas o que, de fato, orientou o meu trabalho ainda incipiente naquele momento - anos 1966, 67, 64, talvez um pouco antes - foi o olhar que naquela época construiu sobre o *sertão*. Não o sertão enquanto realidade socioeconômica somente, mas o sertão como construção ideológica,



Posseiros da Fazenda Curundundum, Município de Uauá, Bahia, 1967. Acervo de Antonio Arantes.

² Conferência de abertura: “40 e poucos: o PPGAS da Unicamp” nas Jornadas de Antropologia John Monteiro, com Antonio Arantes, Peter Fry e Verena Stolcke, realizada em 4 de novembro de 2013, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

como representação quase mítica de um ‘Brasil profundo’, digamos assim. Aquela fonte de onde brotam as ideias. Enquanto construção ideológica, o *sertão* é uma metáfora, que abriga muito mais do que um significado puro e simples, mais do que uma explicação da realidade objetiva a que se refere, descarnada de sentidos simbólicos. E foi esse sentido simbólico o que mais mobilizou a minha inquietação de jovem pesquisador, naquele momento, assim como ocorreu com várias pessoas da minha geração. O principal foi esse sentido metafórico. Tratava-se de uma representação que falava do reencontro com um país politicamente maduro para uma mudança política qualitativa: mudança da cultura política, mudança das instituições. O CPC [Centro Popular de Cultura] da UNE [União Nacional de Estudantes], por exemplo, teve papel central na veiculação dessa representação, assim como o Teatro de Arena, onde Maria Betânia fez da canção ‘Carcará’ um verdadeiro hino que emocionava e mobilizava todo mundo. Era uma época em que as ligas camponesas lutavam pelos direitos dos trabalhadores rurais principalmente em Pernambuco, mas também em outras partes do Nordeste; onde estava em questão a exploração dos trabalhadores pelos proprietários de terra, a reforma agrária. Esta também ganhou um sentido simbólico muito grande ao representar a dimensão política da exploração econômica, o conteúdo político e humano da exploração econômica em geral.

Essa tomada de consciência foi o que deu sentido inicial à minha busca, digamos assim, enquanto pesquisador. Eu não sou artista, então não faria um filme, não faria gravura, não faria música. Eu escrevia. Eu pretendia escrever, pretendia fazer Antropologia e foi esse o modo de me aproximar dessa realidade. Pretendia construir uma base a partir da qual pudesse entender



Conversa na feira. Distrito de Santa Rita dos Buracos, Município de Monte Santo, Bahia. 1968.
Acervo de Antonio Arantes

esse personagem, ‘o sertanejo’, essa condição da brasilidade, essa dimensão da brasilidade. Mas era o ponto de partida. Eu queria chegar à ideologia, saber como as pessoas compreendiam a sua própria existência e entender a diferença e a distância que haviam entre a compreensão que aquelas pessoas que viviam no alto sertão, ou que trabalhavam nos engenhos, tinham sobre as suas próprias condições de vida e a nossa, intelectuais urbanos do Sudeste. Meu projeto de pesquisa nessa época intitulava-se “Visão de mundo dos vaqueiros do alto-sertão baiano”, e foi realizado em localidades rurais dos municípios de Monte Santo, Euclides da Cunha e Uauá, locação onde Glauber Rocha filmou ‘Deus e o Diabo na Terra do Sol’ e, como se sabe, onde ocorreram os fatos relatados por Euclides da Cunha. Tratava-se, evidentemente de um local mítico em termos da construção simbólica a que me refiro. Infelizmente o projeto foi abortado pelos acontecimentos políticos de 1968, e como tinha começado fazendo o levantamento de genealogias, identificando as formas de apropriação do espaço e estudando aspectos da organização social, foi possível utilizar parte do trabalho realizado até então em meus estudos sobre o compadrio³. Colocava-se um sério desafio: como cruzar a distância entre essas compreensões distintas acerca de uma realidade que, no limite, era vista como sendo compartilhada pelos sujeitos de pesquisa e pelo pesquisador? Era um desafio que dizia respeito à relação entre o que chamávamos de ‘trabalhadores intelectuais’ (nós, acadêmicos) e



Edviges. Repetindo sua cena como figurante no filme ‘Deus e o diabo na terra do sol’, de Glauber Rocha. Em entrevista gravada em Monte Santo, Bahia. 18/1/1968. Acervo de Antonio Arantes.

3 ARANTES, A. A. “A sagrada família: uma análise estrutural do compadrio”. *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, caderno 5, p. 7-35, 1975. Número temático. Argumento parcialmente revisto em “Pais, padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio”. In: ARANTES, A. A. et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.193-204, publicado em 2ª. Edição pela Editora da UNICAMP, 1993. p. 195-204. ISBN 85-268-0265-8. Texto completo revisto publicado em 2011 com o título original da dissertação de mestrado “Compadrio in rural Brazil: structural analysis of a ritual institution”. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*. Associação Brasileira de Antropologia, Brasília, DF, vol 8, n 2, ISSN: 1809-4341, p.69-112. Disponível em <http://www.vibrant.org.br/downloads/v8n2_arantes.pdf>.

os ‘camponeses’, ‘operários’ ou ‘proletários’, segundo as perspectivas vigentes. O desejo de transformar a realidade humana do país a partir de ensinamentos de uma elite política às classes populares rurais e urbanas – o trabalho de conscientização, como se dizia à época – conduzia a uma prática vanguardista, baseada numa visão de mundo e da política, de base intelectual, urbana e mundial, e que se impunha sobre realidades, de fato, mal conhecidas.

A consciência desse desconhecimento foi muito importante para o redirecionamento da prática política de esquerda já nos anos 70. Foi nesse espaço que a Antropologia pôde contribuir muito para o avanço do processo histórico brasileiro. Estudos realizados a partir da perspectiva das classes populares, pesquisas que se propunham a compreender as reais condições de existência, os valores e crenças de grupos sociais que viviam na periferia das cidades ou no campo, contribuíram muito para aproximar o trabalho acadê-



Olegário Fernandes, o poeta das novidades. Caruaru, Pernambuco, 1967. Acervo de Antonio Arantes.

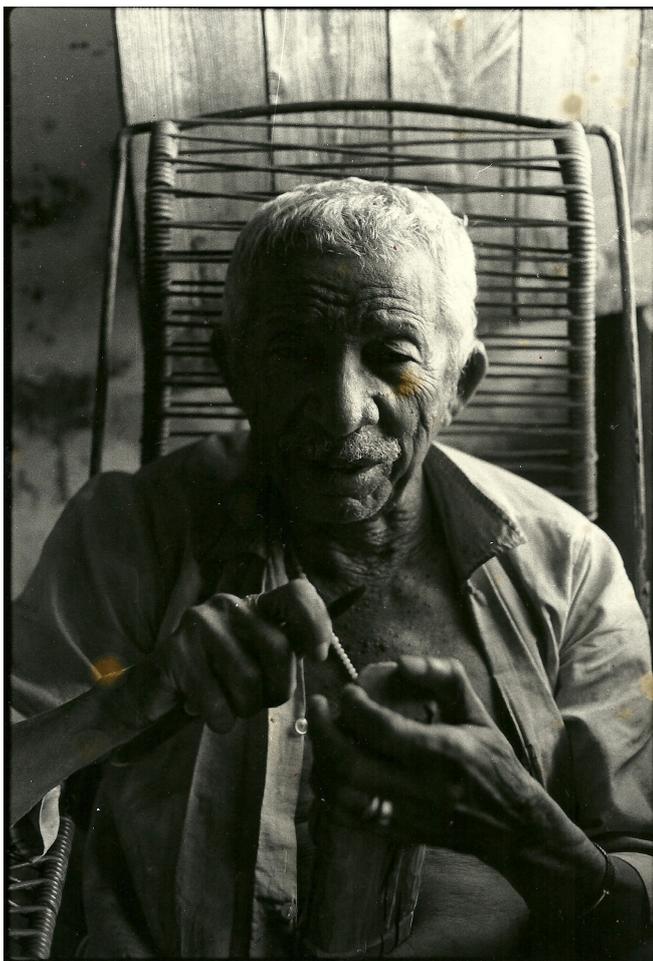
mico da mobilização política. Porque aí começamos a indagar: o que se passa, de fato? Quem é o ‘camponês’, concretamente? Tem sentido pensar em ‘campe-sinato’ enquanto categoria genérica, para compreender a população rural do país? O ‘mundo rural’ seria uma realidade homogênea? E as diferenças regionais, as diferenças sociais, políticas e entre as várias atividades econômicas? E as diferenças de gênero nessas diversas configurações, como se constituem, que peso têm para a política? Não que essas perguntas não tivessem sido feitas antes, mas nesse momento elas ganhavam um sentido particular. Elas contribuíram para que se matizasse e se compreendesse a complexidade da porção da realidade recoberta/encoberta pelas representações políticas dominantes na cultura política de esquerda à época. Uma imagem sintética desse momento se expressa no filme de Glauber Rocha “Deus e o Diabo na Terra do Sol”. O filme e sua emocionada e calorosa recepção naquele contexto sintetizavam esse encontro, um encontro no qual a Antropologia pouco a pouco reafirmou o seu

espaço e ganhou reconhecimento no meio político e acadêmico brasileiros.

P: E a partir da escolha desse primeiro tema, como depois ele foi se desdobrando para os outros temas que o senhor acabou estudando? Como essa pesquisa foi levando, aos poucos, para suas pesquisas mais recentes, por exemplo, com territorialidades urbanas?

AA: Essa trajetória não foi direta, embora eu tenha seguido a trilha dos estudos sobre ‘visões de mundo’ esboçada no primeiro projeto, já citado. Eu derivei desse projeto realizado entre posseiros criadores de gado no alto sertão baiano para os poetas de cordel, personagens que na época eu entendia como os intérpretes locais do ‘mundo rural’ nordestino⁴.

Por essa via, eu encontrei a xilogravura, a poesia, encontrei o trabalho dos poetas e toda essa produção simbólica popular que de fato me encantou. Foi uma descoberta fantástica para um jovem paulistano ‘da cidade’. No final dos anos 1960, há 40, 50 anos, a cerâmica do Vitalino não era tão conhecida no Sudeste como é hoje; o trabalho do Mestre Noza, no Juazeiro, não era tão conhecido como hoje, e não havia ainda, também, a aura construída



Mestre Noza, santeiro e xilogravurista.
Juazeiro do Norte, Ceará. 1966. Acervo de
Antonio Arantes.

4 ARANTES, A. A. *O trabalho e a fala: estudo antropológico sobre os folhetos de cordel*. São Paulo: Kairós/FUNCAMP, 1982. 191 p.

pelos museus, galeristas e comerciantes de arte popular. Tudo isso existia nas feiras como nas casas, simplesmente como parte da vida cotidiana dos poetas, ceramistas, entalhadores e seu público.

Encontrei um sapateiro em Caruaru que fazia figuras em lata reciclada que eram maravilhosas, extremamente expressivas. Ele era sapateiro de profissão, e fazia aquelas figuras em lata pelo prazer de fazer, para dar aos netos, às crianças e eventualmente vender; enfim, era uma forma de ele expressar e desenvolver a sua imaginação e criatividade, muito mais do que um comércio. Esse interesse por modos de expressão, pelas atividades expressivas e criativas, foi o que se manteve, na verdade, ao longo da minha trajetória.

Naquela época, a grande discussão nessa área girava em torno do lugar das culturas populares frente a essa mega-construção que é a ‘cultura nacional’. Era um momento em que, apesar do regime militar e da forte repressão, tentava-se construir um novo Brasil, uma nova nação. Houve inúmeras mesas redondas nas reuniões anuais da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], em várias instituições, universidades, iniciativas de vários tipos para discutir a ‘questão da cultura popular’⁵. Eram travados sérios embates cujos marcos de referência eram dados pelas oposições elite/povo, subalterno/hegemônico, dominante/dominado, conservador/progressista, e aí por diante, de acordo com as preferências teóricas, políticas e ideológicas dos debatedores.

Por essa via, acabei me interessando pela produção cultural popular em São Paulo. Fiz pesquisas na Zona Leste da cidade, onde havia grande concentração de imigrantes nordestinos. Mas esse interesse tinha um pouco a ver com a imigração. Não era esse fenômeno que chamava a minha atenção. O que eu queria conhecer, o que eu tinha certeza de que existia e queria demonstrar, é que, embora as pessoas trabalhassem de sol a sol, embora vivessem em condições miseráveis e sofressem terrível exploração, a sua existência não pode ser compreendida sem se levar em conta os modos pelos quais elas próprias se expressam socialmente, as representações que fazem acerca de



Cantadores repentistas. Xilogravura de J. Borges, 2002. Acervo de Antonio Arantes.

5 ARANTES, A. A. *O que é cultura popular*. 5ª reimpr. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p.83 . ISBN 85-11-01036- X. (Coleção primeiros passos, 36). 1 ed. 1981.

si e de suas condições de existência. A Antropologia ensina que não se infere, digamos assim, a condição social a partir das macroestruturas econômicas e políticas; que é importante conhecer essas macroestruturas econômicas e políticas, que é importante conhecer como se estruturam e funcionam as instituições sociais formais – tais como o estado – mas que é absolutamente essencial reconhecer que nada disso existe sem ‘gente’. E que não se pode pressupor que as pessoas se comportem dessa ou daquela maneira porque o sistema econômico é esse ou aquele, ou porque o regime político é assim ou assado.

A própria história da Unicamp, nesse sentido, é um ótimo exemplo porque o nosso curso, Ciências Sociais, que é um curso crítico, que desde o início se pautou pela construção de uma visão crítica da realidade, foi criado e implantado durante a vigência do Ato Institucional n.5, entre 1968 e o final da década de 1980. É um assunto que precisa ser pesquisado, precisa ser melhor entendido. Isso pode acontecer porque existem fissuras nas estruturas de poder, porque há indivíduos e grupos que agem criativamente por entre essas fissuras. Há opções, decisões estratégicas, que se referem a agentes específicos e que são situacionais; há atores, há biografias, há acontecimentos inesperados, enfim, há mil-e-um fatores que tornam o modo de vida de um grupo social diferente de outro, nas mesmas condições históricas. Não somos todos idênticos por sermos, todos, professores ou estudantes da mesma universidade. Cada um de nós tem a sua bagagem, sua biografia, e assim também o trabalhador numa linha montagem. Quer dizer, ele está lá na linha de montagem, ele tem de repetir o mesmo gesto inúmeras vezes por dia, é verdade, ele e mais milhões de pessoas, mas isso não significa que todas essas pessoas pensem do mesmo modo, que possam ser subsumidas num conceito genérico como ‘trabalhadores’. As artes, as atividades expressivas, são uma maneira de entender essa diversidade. E foi por essa via, pelo meu interesse em ‘cultura popular’ entendida nesses termos, que eu aceitei, em 1977, um convite do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, o DPH, para elaborar uma proposta para a revitalização da capela de São Miguel Paulista.

São Miguel Paulista é um bairro da Zona Leste de São Paulo. Na época, era um bairro operário onde havia uma grande indústria, e tudo – ou quase tudo – girava em torno dela. Foi uma época em que teve início uma série de obras urbanas, inclusive a demolição de grandes áreas da cidade para a construção do metrô e abertura de vias de circulação rápida. Muita gente foi deslocada e afetada pela transformação dos lugares onde vivia, e colocavam-se problemas sobre o modo como o deslocamento dessas pessoas afetaria sua qualidade de vida, suas formas de sociabilidade, o acesso a serviços básicos etc. Nessa região há uma capela seiscentista tombada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – e pelo patrimônio estadual, o CONDEPHAAT. Na época, não havia tombamento municipal. Estava na agenda dos órgãos de preservação a proposta de transformar essa capela em museu de arte sacra popular. Essa proposta me parecia equivocada porque propunha a revitalização de um bem cultural localizado num bairro

popular através de atividades voltadas para um público morador de outras regiões da cidade, de outra origem social, ou seja, os apreciadores da ‘arte sacra popular’ e não a ‘gente da terra’. Vejam aí, novamente, a oposição elite/povo. A meu ver, poucos teriam interesse em sair do Morumbi ou de outros bairros de classe média e alta para visitar um museu de ‘arte sacra popular’ na Zona Leste, a quase 50 quilômetros de distância, dentro da cidade de São Paulo.

Isso, além da distância social, cultural e tudo o mais. Meu argumento foi: “não, eu acho que esse deveria ser um espaço de utilidade para as pessoas que vivem lá, um espaço que elas possam usar para desenvolver e apresentar as suas atividades artísticas”. Essa concepção conflitava com a dos que diziam: “Ah, mas imagina, eles são uma gente que só trabalha; não têm nada para dizer”.

Foi nesse contexto que fiz meu primeiro trabalho na área do patrimônio, assunto que retomei em um artigo republicado no dossiê sobre ‘Patrimônio e Museus’, da Vibrant⁶. Foi uma experiência de revitalização, desenvolvida com pessoas e grupos que praticavam as mais variadas formas de expressão em São Miguel Paulista⁷. A ideia era, na verdade, ocupar a capela com a produção cultural local e tornar público o acesso a esse espaço que poderia acolher essas atividades e contribuir para desenvolvê-las.

Localizei os músicos, poetas, desenhistas, atores e produtores culturais locais, evidentemente, depois do horário de trabalho, quando eles iam ao barbeiro, ou se encontravam num bar, na igreja, na praça, no mercado, quando batiam papo na rua, ou mesmo quando iam fazer curso de esperanto. Aliás, essa foi uma surpresa para mim, pois havia pessoas que faziam curso de esperanto aos sábados de manhã, depois de trabalharem a semana inteira. Pensei: é por aí mesmo que devo prosseguir! Não estava me dando conta de que eu estava promovendo um evento do tipo occupy Capela de São Miguel Paulista⁸ [risos]. Foi o que nós fizemos na verdade. Ocupamos a capela por um mês e essa foi a minha entrada nos assuntos de patrimônio⁹. E, por essa via, passei a me interessar pela questão dos ‘lugares’ e dos ‘territórios’; foi por aí que eu me voltei para a cidade de São Paulo, pelos usos do espaço urbano e pela grande questão de que até que ponto o espaço urbano pode ser considerado

6 ARANTES, A. A. “On the crossroads of preservation: revitalizing São Miguel chapel in a working class district of São Paulo”. *Vibrant. Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v.10, n.1, June 2013. p. 95-133.

7 Essa experiência e a consequente emergência do Movimento Popular de Arte foram objeto de reflexão nas seguintes publicações, entre outras: ARANTES, A. A. e Marília de ANDRADE. “A demanda da Igreja Velha: análise de um conflito entre artistas populares e órgãos do Estado”. *Revista de Antropologia: revista da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 24, pr. 97-121, 1981. ISSN 0034-7701. SPOSITO, Marília F. (org.); ANDRADE, Cleide L.; NASCIMENTO, Gilberto. *Memória do Movimento Popular de Arte no Bairro de São Miguel Paulista: cultura, arte e educação*. 1987, FEUSP. SOUZA, Eliane Bezerra de. *Estigma e preconceito. A construção da identidade cultural no bairro de São Miguel Paulista (SP)*. São Paulo: Terceira Margem Editora, 2013. ISBN 978-85-7921-076-1. 244p.

8 Occupy, demoninação de um movimento de protesto que se tornou frequente e ocorreu em grandes cidades de diversos países nos anos 2010.

9 ARANTES, A. A. (org) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1984. 255 p.

sinônimo de espaço público?¹⁰ O assunto deu origem à linha de pesquisa “Espaço e Poder”, na área de “Cultura e Política” do doutorado em Ciências Sociais.

Vejam, mais uma vez foi diante de um desafio prático, de um impedimento colocado pelo regime autoritário, que se desenvolveu uma atividade criativa, reforçando a ideia de que a dominação política não se impõe automaticamente e não anula as formas de mobilização da sociedade. Essa experiência aconteceu em 1977-1978, próximo à revogação do Ato Institucional N.5, mas se desenvolveu, evidentemente, sob o clima e no contexto cultural do Regime Militar, melhor dizendo, a contrapelo das tendências dominantes nesse período. Foi durante o Regime Militar que essas pessoas na Zona Leste, eu e essas pessoas, conseguimos dar início a uma experiência que acabou gerando frutos positivos em termos de mobilização popular.

Cerca de 10 anos depois, quando Gianfrancesco Guarnieri era o Secretário de Cultura do Município, houve um encontro dos movimentos populares de arte em São Paulo. O movimento popular de arte – não de ‘arte popular’, é importante frisar a diferença – criado naquele momento, tinha sido pioneiro num tipo de experiência que encontrou eco e foi reinventada em outros pontos da cidade. Isso é interessante. Não foi um ato único, isolado. Ele eclodiu naquele contexto particular, mas expressava algo que também acontecia em outros lugares da cidade. E foi assim, então, que eu cheguei aos territórios e lugares¹¹.

P: A sua trajetória é marcada pelo trânsito entre a academia e outros lugares de atuação. Gostaríamos que o senhor falasse sobre como vê esse trânsito, como esses trabalhos fora da academia se relacionam com os seus trabalhos dentro da academia, como eles se influenciam e como foi trabalhar com outros profissionais, por exemplo, artistas, funcionários da Prefeitura de Campinas, onde o senhor também trabalhou.

AA: Eu sou uma pessoa inquieta. Isso não é receita para ninguém; tem muito a ver com a minha própria maneira de ser. O meu trabalho se dá no interior da universidade, esse é o meu território. É aqui que eu me situo, é aqui que eu me ancoo e é a partir daqui que eu faço esse movimento ‘para fora’. Mas, para mim, quando estou em sala de aula, escrevendo, pesquisando ou falando com vocês, ou mesmo ‘dialogando’ com o computador ou com os livros, a destinação final é o ‘mundo lá fora’¹². Não acho que todos tenham de fazer assim,

10 TORRES, L. L. Entrevista com Antonio Arantes. *Ponto Urbe: revista do Núcleo de Antropologia Urbana*, Universidade de São Paulo. São Paulo, ano 2, versão 3.0, jul. 2008. ISSN 1981-3341. Disponível em <<http://n-a-u.org/pontourbe03/Arantes.html>>. Acesso em 17 nov. 2009.

11 ARANTES, A. A. “O sentido das coisas: sobre a construção social dos lugares”. In: SCHICCHI, M.C. ; BENFATTI, D. (Org.). *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURBP, 2003. p. 255-260. ISBN 85-88027-04-6. Edição especial de: Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo.

12 AMATTES, L.; BERTINATO, W. “Patrimônio em Campinas. A criação do CONDEPACC e as primeiras Resoluções e Tombamento”. *Revista CPC*. N.14. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012. ISSN 1980-4466. Disponível em



Vesperal paulistânea: passos na cidade. Foto Juca Martins, 1983.
Acervo CONDEPHAAT

mas é como eu faço. Esse viés tem a ver com a minha própria história.

Como disse na palestra, chegou um momento no início da minha carreira que não era mais possível continuar trabalhando na USP. Eu comecei a carreira docente como auxiliar de ensino naquela universidade. Tornou-se muito pesado para mim, naquele momento, enfrentar o desmanche da universidade pelo regime militar. Lutei, fiz o que pude, mas em 1968 tive de sair. Abracei a ideia de participar da criação de uma outra instituição, da área de Antropologia em uma universidade ainda inexistente em Campinas, cidade que eu também não conhecia. Acho que tenho esse movimento 'para fora'; olho sempre além dos muros, além das fronteiras onde me situo em determinado momento. Esse trânsito para dentro e para fora ocorreu várias vezes ao longo da minha trajetória. Em certas fases, eu me recolho e me envolvo com questões próprias da universidade, como a estruturação do de-

http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_resenhas_arquivo_pdf/236.pdf

partamento, por exemplo. Depois de ter participado da criação da área de Antropologia, em 1968, 69, eu coordenei uma operação difícil aqui na Unicamp que foi o desmembramento do departamento de Ciências Sociais nas três unidades distintas que existem hoje. Eu era o chefe do departamento naquela época, eleito com a tarefa de promover a criação das três áreas disciplinares tal como existe hoje. Foi um processo muito difícil, e eu me dediquei muito a ele, como a outras coisas, como a organização da pós-graduação, a consolidação dos comitês de assessores da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Realizei pesquisas, orientei teses. Estive por longos anos muito envolvido com o meio acadêmico e com o diálogo acadêmico. Entretanto, a seiva, para mim, ela vem de fora. Ela não é livresca, ela vem de fora e ela volta para fora de alguma maneira. Deve voltar para fora de alguma maneira. E não lamento isso.

No projeto que citei, realizado em São Miguel Paulista, eu convidei um aluno da Unicamp para me acompanhar como auxiliar de pesquisa, o Tadeu Giglio. Ele era fotógrafo, além de estudante de Ciências Sociais, e um bom fotógrafo. Fomos juntos ao campo e construímos uma verdadeira parceria. Esse compartilhamento com alunos no desenvolvimento de projetos de pesquisa, sobretudo no caso de consultorias, foi em geral muito positivo. O trabalho prático estimula o desenvolvimento do trabalho intelectual com liberdade, sem a pressão da tese, sem a pressão da avaliação, sem a pressão institucional. Quando fiz trabalhos de consultoria maiores, sempre que possível trabalhei com estagiários, em geral estudantes da Unicamp. O trabalho fora da universidade, o trabalho prático, fortalece a motivação do pesquisador, fortalece o encontro de sentidos mais amplos para a pesquisa. É uma experiência que enriquece muito. A pesquisa deixa de ser uma tarefa escolar ou o cumprimento de uma etapa na carreira, e passa a ser instrumento de diálogo com o mundo que o pesquisador quer conhecer, no qual ele interfere, um mundo que transcende e engloba o seu pequeno universo habitual. Penso que orientandos, de doutorado ou de mestrado, que participaram de trabalhos de consultoria, aproveitaram muito esse trânsito que contribuiu para o seu amadurecimento profissional. Eu tenho insistido nessa questão de sentido desde o começo da nossa conversa porque acho que a universidade é tão pesada que às vezes se torna algo que basta a si mesmo, como se escrever uma tese fosse o suficiente para se escrever outra, e mais uma, e depois um artigo para apresentar no congresso X ou no congresso Y. Ela se torna um mundo fechado, algo que abafa.

P: O senhor já mencionou a formação da Unicamp. Gostaríamos que o senhor falasse mais como foi pensado e percebido esse projeto de criação da Antropologia na Unicamp.

AA: Foi um projeto ambicioso, inovador. O que de fato se construiu, inevitavelmente, não foi idêntico ao projeto no papel porque surgiram as circunstâncias, os agentes, a dinâmica da criação da Universidade como um todo, as exigências curriculares do Ministério

da Educação, isso e aquilo. O projeto que se tentou implantar era muito rico porque, em primeiro lugar, partia de uma concepção mais totalizante acerca da formação acadêmica. Havia o ciclo básico de ciências humanas integrado, embora houvessem vestibulares distintos para História, Ciências Sociais, Economia... Filosofia ainda não havia naquele tempo. O curso funcionava em período integral; ocupava de fato as manhãs e as tardes dos alunos e docentes. O ciclo básico, com dois anos de duração, incluía disciplinas de introdução às Ciências Sociais, História, Linguística, Economia, Filosofia e Línguas. Depois do básico, os alunos se distribuía segundo os seus próprios interesses nas diversas áreas. Acontece que, ao concluir essa etapa, eles deviam cumprir as exigências curriculares mínimas estabelecidas pelo Ministério da Educação para cada uma das áreas do bacharelado. Somando as exigências do ciclo básico com esses currículos mínimos, o aluno efetivamente iniciava a sua formação específica dois anos mais tarde, por assim dizer, embora partisse de uma base humanística rica e diversificada. Foi bastante conflituosa a transição do básico de Humanas para o básico em Ciências Sociais, assim como a adoção desse modelo curricular mais convencional, embora em algumas áreas o planejamento dos créditos permitisse a matrícula em um número significativo de disciplinas em outras áreas do Instituto e mesmo fora. Foi uma pena que tivesse se perdido essa perspectiva. Além de oferecer esse ponto de partida mais amplo para os estudantes, ela era um desafio estimulante para nós, professores, pois implicava em diálogo frequente entre os docentes na preparação dos cursos. A Bibia [Maria Filomena Gregori] lembrou em nosso debate que participou de uma das turmas em que os alunos defendiam a necessidade de integração dos currículos das disciplinas básicas, ou seja, que a disciplina Antropologia I dialogasse com Sociologia I e com Política I, e assim por diante. Quer dizer, essa concepção levava não somente a uma coerência vertical, entre as disciplinas de determinada área, mas também transversal, transdisciplinar. Não sei como esse assunto está sendo abordado hoje; mas, no início, a ideia é que houvesse essa integração e os alunos optantes de Sociais fizessem, também disciplinas em Linguística e vice-versa, ou em Economia, em História e todos partissem de uma mesma base comum.

No simpósio realizado ontem, alguém lembrou que as salas de aula eram auditórios imensos. Os professores ficavam completamente sem voz ao final das aulas. Fazia de fato um calor insuportável, porque as salas do Ciclo Básico são rebaixadas, sem ventilação e tinham acústica zero. Então o professor tinha de 'gritar' a aula e, evidentemente, ao falar tão alto, o vizinho da outra sala também ouvia. E um vinha bater à porta do outro: "ó, fala um pouco mais baixo". Não havia ar condicionado na sala e, quando colocaram, fazia um barulho tão alto que a garganta do professor ia para o brejo. Houve uma série de ajustes práticos que, na verdade, indicavam como foi difícil absorver a proposta original do IFCH [Instituto de Filosofia e Ciências Humanas]. Não havia lugar para essa proposta, nem intelectualmente (vários professores consideravam inúteis e perda de tempo essas incursões transdisciplinares), nem politicamente (conflitos e disputas pelos recursos necessários à

implantação da Universidade, dos departamentos e institutos), nem espacialmente, arquitetonicamente. Essa intenção transdisciplinar tornou-se por assim dizer parte do ethos do IFCH. Era cultivado, e também motivo de conflitos e competição nas relações entre colegas e departamentos.

Nós éramos pessoas recém-chegadas de lugares os mais diversos, do país ou do exterior. Pouquíssimos professores e alunos provinham de Campinas. Os estudantes que ingressaram nas primeiras turmas tinham praticamente a nossa idade, quando não eram mais velhos. Na verdade, o IFCH foi, sobretudo nos primeiros anos, um trabalho a muitas mãos. Todos arregaçaram as mangas para fazer acontecer. Havia clara dedicação à construção institucional da Universidade, à sua implantação. Apesar do regime militar, aqui havia liberdade de pensamento e de expressão, que estimulava uma formação intelectual e uma postura crítica da realidade brasileira, apesar de, nos primeiros anos, trabalharmos sob a vigilância dos órgãos de informação do governo. Cheguei a ter olheiros infiltrados em sala de aula, na primeira turma do básico de Antropologia, em 1969. Não era difícil identificá-los e constrangê-los, usando o recurso das chamadas orais.

Nos primeiros anos, por volta de 1970, 71, nos sentíamos inseguros em relação a incluir Marx, Engels e outros autores nos programas impressos. Mesmo assim, apresentávamos o seu pensamento nas aulas, e transmitíamos por outras vias. Esse ambiente repressivo estimulou a formação de uma certa solidariedade e compromisso entre os professores, com os alunos, e também camaradagem, é claro. Vivíamos aqui, muitos de nós, como que em uma bolha dentro de um planeta estranho, um planeta perigoso, realmente perigoso. Muita gente tinha sido presa, muita gente tinha sido torturada, muitos desapareceram, muita gente foi morta, sabidamente. Havia uma ética, um compromisso ético na realização do trabalho acadêmico que também dizia respeito aos funcionários, alguns dos quais foram muito solidários com tudo isso.

Eu me lembro de uma greve, se não me engano relacionada à nomeação de um novo diretor do Instituto, que mobilizou e fortaleceu os laços entre a grande maioria de professores, alunos e funcionários do IFCH. Para angariar fundos os grevistas vendiam comida, suco de frutas colhidas no quintal de um ou de outro, inclusive no meu. Quando o diretor do Instituto de Biologia veio tomar posse como diretor interino do IFCH, houve uma imensa concentração ao redor do Instituto, vieram colegas do IEL, do IA. Fizemos uma passadeira de papel manilha vermelho – o tapete vermelho – que se estendia do local onde estacionaria o carro oficial até a entrada da atual Biblioteca, prédio onde se localizava a diretoria do Instituto. Pusemos aquele tapete vermelho e o pobre professor chegou, não me lembro mais quem era, desceu e foi caminhando debaixo de uma chuva de dinheiro, de moedas. Uma experiência forte! À medida que ele passava, o pessoal jogava moedas, moedas, moedas, gritando: “Vendido!” Era esse era o clima. Isso significa que os participantes dessa manifes-

tação – tão violenta simbolicamente – tinham muito em comum, que era o pertencimento a esta instituição, ao IFCH, e a crença no direito de participar da escolha dos seus dirigentes. Esse sentimento não decorria de interesses corporativos, mas do fato de nos reconhecermos uns nos outros e termos objetivos comuns. Era como se afirmássemos: estamos aqui, companheiros de uma mesma luta, lutando por uma mesma causa. Mada, que foi secretária do Departamento de Ciências Sociais desde os primeiros tempos¹³, acompanhou esse processo e pode falar sobre tudo isso.

P: Pensando ainda no projeto de criação da Antropologia e no curso de Antropologia. Em entrevistas anteriores, você citou o estruturalismo como ponto fundamental do projeto. O senhor está se referindo direta e especificamente à contribuição de Claude Lévi-Strauss? A pergunta surge aqui porque foi exatamente nesse período que o Estruturalismo se dissipou no meio acadêmico francês e europeu e teve como evento emblemático os acontecimentos de maio de 1968. Foi nesse período, inclusive, que outros autores também associados ao Estruturalismo estavam muito em voga, eram muitos lidos, não preciso nem citar quais são. E o Estruturalismo ganhou essa dimensão generalizadora, sendo tomado não só como uma teoria, mas como uma ideologia também. Quando se fala de Lévi-Strauss e Estruturalismo, o senhor está se referindo a isso?

AA: Eu mencionei que o batismo dos primeiros professores ingressantes no IFCH em 1968, 69, era um curso de pós-graduação em Linguística, na Universidade de Besançon, na França. Esse rito de passagem tem a ver com a sua questão. Fazia parte de argumentação que justificava a criação do IFCH¹⁴ a ideia de que a Linguística era disciplina que melhor permitiria o diálogo entre as diversas áreas das Ciências Humanas, pois eram os estudos da linguagem os que melhor haviam trabalhado o conceito de estrutura. Esse ponto de partida está claramente exposto no projeto elaborado pelo professor Fausto Castilho¹⁵ para o pedido de apoio feito à FAPESP visando à formação dos primeiros professores de Filosofia, Antropologia, Sociologia e Linguística deste Instituto, a maioria dos quais encontrava-se à época do AI-5 iniciando suas pós-graduações na USP. Quando entrei na USP, em 1962, as teorias de Lévi-Strauss eram amplamente debatidas em salas de aula e em seminários mais restritos de que participavam alunos pós-graduados e professores, tanto na Cadeira de Antropologia quanto na de Filosofia. Vários ensaios reunidos na coletânea *Antropologia Estrutural sobre a estrutura dos mitos, do parentesco, sobre a noção de arcaísmo*, além de obviamente o livro *“As estruturas elementares do parentesco”* e, logo depois, o *“Totemismo hoje”* e o *“Pensamento selvagem”*, foram obras muito influentes na transição de uma Antropologia ainda fortemente culturalista que se praticava na USP, para uma antropologia

13 Maria Aparecida Soares Camargo Paranhos Penteadó (Mada). Trabalhou no IFCH entre 1973 e 1995.

14 CASTILHO, Fausto. *O conceito de universidade no projeto da UNICAMP*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

15 Formado em Filosofia pela Universidade de Sorbonne (Paris, França), Fausto Castilho foi um dos fundadores do Insti-

não tanto voltada para o estudo das estruturas profundas e universais da cultura, tal como desenvolveu o mestre francês, mas que conduzia ao entendimento mais profundo da dimensão simbólica dos fatos sociais e suas implicações.

O intelectualismo presente no estruturalismo levistraussiano trouxe em si um elemento que, de certa maneira, restringiu sua vigência no meio acadêmico brasileiro, na medida em que cada vez mais prevalecia entre nós, naquela época, o interesse pelo conhecimento de aspectos concretos da realidade social do país. Principalmente em São Paulo, onde eu me formei, era dominante a antropologia cultural norte-americana; e o estruturalismo levistraussiano se afirmou ao mesmo tempo em que se ampliava o interesse pelo estrutural-funcionalismo inglês. Em termos pessoais, foi desse debate teórico entre o estruturalismo à francesa e o estrutural-funcionalismo britânico que me levou a procurar Edmund Leach como orientador. Sob a sua orientação, desenvolvi uma reflexão estruturalista sobre o compadrio, enquanto forma de parentesco ritual no Brasil. Além disso tomou-se, nesse contexto, a decisão de convidar para participarem da formação da área de Antropologia nesta Universidade dois antropólogos ‘sociais’, não culturais, nem estruturalistas. Naquela época essas distinções eram bem mais marcadas do que hoje, assim como era o vínculo das Cadeiras e dos Departamentos com determinadas correntes de pensamento.

Acreditávamos que no Brasil fazia falta uma Antropologia solidamente enraizada no trabalho de campo. As questões que a agenda social e política brasileira colocava aos cientistas sociais eram questões que privilegiavam o conhecimento empírico, mais do que a construção de grandes teorias a que o estruturalismo levaria, sem menosprezar a importância disso. Procurar parceiros para a fundação da área de Antropologia na Inglaterra e não na França ou nos Estados Unidos foi uma escolha estratégica; não ocorreu por acaso. Na contramão do ideário do projeto de formação do Grupo de Linguística, e não sem conflito com o coordenador do projeto, negocieei a minha ida para Cambridge no segundo ano de bolsa. Pretendia lá retomar a minha pós-graduação em Antropologia e encontrar parceiros para o projeto da Unicamp¹⁶. Lá e não na França, onde estruturalistas e o Estruturalismo eram absolutamente dominantes nos meios antropológicos, apesar do desenvolvimento de linhas de pensamento de orientação marxista, por autores como Maurice Godelier e Emmanuel Terray, entre outros. Assim, respondendo à sua pergunta, o estruturalismo francês se manteve sempre como referência obrigatória, como não poderia deixar de ser, mas não à frente das pesquisas e teses aqui desenvolvidas, pelo menos nos primeiros anos.

P: É muito interessante o senhor ter dito que, no início do IFCH, os professores sentiam que os alunos saíam instigados para o trabalho de campo, mas não necessariamente

tuto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

16 “Origens do Departamento de Antropologia da Unicamp”. In: ECKERT, C.; GODOI, E. P. (Org.). *Homenagens: Associa-*

preparados para isso, que era uma formação mais de debate teórico mesmo. Em outras entrevistas, o senhor comentou que foi assistente de pesquisa da professora Gioconda Mussolini, o que é raro nos dias de hoje. Como foi essa experiência, em que consistia ser assistente de pesquisa? E se isso ajudou, de alguma forma, a fazer pesquisa de campo.

AA: Muito, muito. Foi fundamental. Sim, foi fundamental. Eu era aluno de graduação nessa época, estava no segundo, terceiro ano e a professora Gioconda vinha desenvolvendo há bastante tempo pesquisas entre caiçaras de Ilhabela, muitos dos quais tinham ingressado na pesca comercial e migrado, em tempos mais recentes, para a cidade de Santos. Nessa época (1963, 64) ela precisava fazer um levantamento rápido sobre o perfil sociocultural desses trabalhadores migrantes. Hunaldo Beiker, que era um colega meu de turma, e eu realizamos esse trabalho, como assistentes de pesquisa da Professora Gioconda. Para mim, o mais importante dessa experiência foi ter me aproximado do ofício de antropólogo; ter tido - como aluno de graduação - a oportunidade de vivenciar a experiência do antropólogo em campo. Porque uma coisa é a leitura dos resultados de uma pesquisa, a discussão teórica, eventualmente até o questionamento fático do que está escrito e publicado. Outra, é produzir um material original, aprender a fazer as mediações interpretativas entre as observações e a construção do seu próprio texto, conectar e interpretar fatos observados, e elaborar os procedimentos e instrumentos de observação (roteiros de entrevistas, formulários, questionários) que contribuam para a execução dessa tarefa. Para mim, essa experiência foi marcante porque, como assistente de pesquisa, pude participar da elaboração desses instrumentos, do pré-teste, realizar observações e entrevistas abertas, discutir estratégias de interpretação dos dados, participar da avaliação e crítica do que tínhamos observado levando em consideração outros fatos relevantes que ocorriam na localidade estudada. A professora Gioconda obteve verba da FAPESP para alugarmos um apartamento perto do bairro de Santa Rosa - se não me falha a memória - onde viviam os migrantes, na Ilha de Santo Amaro, em frente à Ponta da Praia, em Santos. Assim, pudemos conviver com eles diariamente, não só como pesquisadores, mas no nosso cotidiano também, com o acompanhamento constante da orientadora do projeto que periodicamente nos visitava. Foi uma experiência marcante. Outra experiência que tive como auxiliar de pesquisa foi com Daniel Gross, antropólogo americano que nessa época fazia pesquisa para a sua tese de doutoramento na Universidade de Columbia, sob a orientação Marvin Harris. A pesquisa de campo foi realizada no sertão baiano, região onde eu próprio queria desenvolver o meu primeiro projeto, mas que ainda não tinha tido oportunidade de visitar. Ele preparava uma tese em antropologia econômica entre produtores de sisal.

Aprendi muito em campo. Nessa situação, o pesquisador toma muitas decisões e, por mais que esteja familiarizado com os problemas que vai pesquisar através da bibliografia, é absolutamente fundamental poder dialogar e compartilhar suas observações com seu orientador ou orientadora, se aconselhar sobre decisões de enquadramento, foco, método. Agora,

essa experiência implica em relacionamento na escala de um para um: é um orientador para um aluno. É uma experiência do tipo mestre e aprendiz, implica em ‘fazer junto’. Porque a prática de pesquisa, o exercício do ofício, vamos dizer assim, é cheio de imprevistos e depende muito de experiência. Ontem, o Professor Omar [Ribeiro Thomaz] mencionou que estava fazendo um levantamento de genealogias em campo e encontrou o Professor Peter [Fry] que lhe teria dito: “ah, você errou isso, fez aquilo lá errado”. Isso só pode acontecer se o orientador estiver em campo com o orientando; caso contrário, o orientador não tem observação própria, ele apenas reage ao relato produzido pelo pesquisador. Uma situação semelhante ocorreu com alunos da UNICAMP no projeto para a criação de uma metodologia de inventário de referências culturais para o IPHAN, o chamado INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais), hoje adotado oficialmente por aquela instituição¹⁷. Essa metodologia foi criada aqui na Unicamp, com um grupo de alunos e uma colega do Instituto de Artes, a professora Marília de Andrade. Eram alunos de doutorado, mestrado e graduação, um grupo propositalmente heterogêneo como era necessário para esse projeto em particular. Além desses, incluí no trabalho de campo pessoas do lugar. Fomos todos juntos ao campo. Foi uma experiência fantástica. O resultado desse tipo de trabalho é muito rico. Mas era assim: nos víamos diariamente. Nos instalamos em duas casas vizinhas em Trancoso. Jantávamos juntos diariamente e discutíamos os resultados do dia. Cada um elaborava o seu diário de campo e discutíamos em grupo questões que surgiam de suas observações. Com base nessas discussões diárias fazíamos a pauta de trabalho para o dia seguinte. Cada um tinha as suas tarefas, mas interagía sistematicamente com os demais colegas. A investigação, as observações, são individuais; mas a discussão, a interpretação, a avaliação, resultaram de um trabalho coletivo. Um trabalho que teria demorado, provavelmente, um ano ou dois anos para ser realizado, foi feito em quatro, cinco meses intensivamente, em campo. Agora, isso implica em que? Implica que o professor tenha a possibilidade de se afastar da universidade por quatro, cinco meses. E que o aluno também tenha essa disponibilidade para poderem desenvolver, conjuntamente, essa experiência de imersão em campo. Ontem, eu mencionei que, naquela época, a cada dois anos, aproximadamente, nós tínhamos um semestre sabático. O sabático era exatamente para isso: para que se pudesse sair da universidade, ir para o campo, com ou sem alunos, ou pesquisar em bibliotecas por períodos mais longos.

ção Brasileira de Antropologia: 50 anos. Florianópolis: Nova Letra, 2006. p. 37-50. ISBN 85-7682-104-4.

17 ANDRADE E ARANTES. CONSULTORIA E PROJETOS CULTURAIS. *Museu Aberto do Descobrimento. Inventário de referências culturais: projeto piloto*. Campinas: Andrade e Arantes, 2000. 2 v. Documento preparado para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando ao estabelecimento de metodologia de inventário do patrimônio cultural imaterial. Acompanha CD-Rom contendo versão digital de fichas de identificação preenchidas, banco de dados e banco de registros audiovisuais. IDEM *Inventário Nacional de Referências Culturais: metodologia*. Campinas: Andrade e Arantes, 2000. 2 v., 142 p. Documento preparado para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando ao estabelecimento de metodologia de inventário de bens culturais. Acompanha CD-Rom contendo versão digital de fichas

O trabalho intelectual exige muito foco, muita atenção, e sobretudo continuidade. Sem essa continuidade, o pesquisador tem de fazer suas observações em pouco tempo, nos fins de semana, aos pedaços. Isso é uma barbaridade. Voltando ao sonho da Unicamp na sua fundação, esta seria uma universidade pequena, voltada para a pesquisa e pós-graduação. A ideia era de que esta fosse uma universidade dedicada à pesquisa avançada. Só que, enfim, quando o projeto baixa no terreno, ele tem que se respeitar a topografia. Não pode ser diferente.

P: Passando pela sua trajetória, como o senhor fez, como os temas e outras relações com artistas, [com] outros tipos de trabalho, dentro e fora da academia, como tudo isso influenciou sua maneira de pensar e fazer Antropologia?

AA: Pergunta difícil. Mas uma coisa é certa: eu aprendi que, para os assuntos que eu pesquiso, o trabalho com imagem e registros sonoros é fundamental. O estabelecimento de relação entre texto e imagem é uma necessidade quase inescapável no meu caso¹⁸. Meu livro “Paisagens Paulistanas” foi uma tentativa nessa direção¹⁹. Ele foi mal impresso e quero reeditá-lo. Pensando na percepção pelo leitor da singularidade dos objetos a que nos referimos, imagem - se possível, som - e texto se complementam, apesar desses registros serem obviamente seletivos e trazerem as marcas de suas próprias linguagens. Por que essa colaboração entre antropólogo, fotógrafo, vídeo-maker etc é necessária? Porque, outra coisa é clara, nem sempre aquele que escreve, sabe fotografar ou utilizar uma câmera de vídeo; nem sempre é capaz de utilizar esses recursos como linguagem. Com a tecnologia hoje disponível, pode-se fazer registros fotográficos em campo, pode-se captar flagrantes que jamais ocorrerão novamente e também produzir referências para uma documentação a ser realizada posteriormente, ou ao mesmo tempo, por outra pessoa que detenha esses conhecimentos.

No “Paisagens Paulistanas”, por exemplo, além de ter selecionado fotos de vários fotógrafos, realizadas independentemente do meu projeto, tive oportunidade de trabalhar com o fotógrafo ítalo-venezuelano Paulo Gasparini. Essa foi outra experiência rica. Nós pautávamos juntos os assuntos a serem fotografados, mas ele trabalhava com total independência. Ele fazia as fotos e eu o texto. A comunicação entre nós, a partir desses dois canais em que atuávamos simultaneamente, enriqueceu bastante a visão que ambos tínhamos da realidade que estávamos observando. Outra experiência importante foi um pequeno ensaio que realizei a partir de desenhos feitos por jovens vivendo nas ruas em São Paulo. A minha questão neste caso era a percepção dos monumentos oficialmente protegidos pela população da cidade, não pelos preservacionistas ou pesquisadores do assunto²⁰. Nesse caso, como

de campo e de identificação com instruções para preenchimento, e banco de dados.

18 ARANTES, A. A. *SP450: entre lembranças e utopias*. São Paulo: Fundação Álvares Penteado, 2004. Curadoria da exposição e do catálogo com participação de Marília de Andrade e equipe.

19 ARANTES, A. A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p 190. ISBN 85-268-0492-8.

20 ARANTES, A. A. A guerra dos lugares; sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patri-*

no das fotografias, não realizei interpretações explícitas dos desenhos, mas ao selecioná-los e justapô-los a passagens específicas do meu texto, procurei sugerir relações e contrapontos que, a meu ver, enriqueceriam a narrativa etnográfica.

Lamentei que a proposta de mapeamento sonoro do centro da cidade, feita por um músico bolsista do Projeto Rockefeller, não tivesse dado certo. Nesse projeto da área de Cultura e Política do Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, intitulado Construindo a democracia²¹, tínhamos a possibilidade de convidar colegas pesquisadores estrangeiros. Paulo Gasparini foi um deles. Com tudo isso, e trabalhando com técnicos de instituições públicas na área do patrimônio cultural, aprendi que é muito enriquecedor - e algumas vezes necessário - trabalhar em equipes multidisciplinares.

Isso porque o nosso olhar, nossa atenção, as observações que fazemos, se dirigem a um universo que é por demais complexo, a realidades que ocorrem em vários níveis, de diferentes formas, em várias linguagens e não podemos restringir nossos registros simplesmente ao que percebemos e a manifestações verbais dos sujeitos da pesquisa acerca dessas realidades. Quando trabalhamos em perspectiva transdisciplinar, quer dizer, com pessoas de várias formações em torno de objetivos comuns, esses vários olhares se cruzam. Essa foi uma das razões porque o trabalho em Trancoso e na Costa do Descobrimento foi tão rico. As pessoas têm sensibilidades diferentes e a percepção da realidade pelo conjunto dos pesquisadores torna-se mais aguda, mais completa; ganha-se muito na qualidade da observação ao se trabalhar coletivamente. Não só a interpretação, mas também a observação depende de sensibilidades e disposições pessoais, além de competências técnicas específicas. São atividades muito pessoais, efetivamente autorais²².

Essa é também uma dificuldade que se apresenta na orientação de pesquisas e se manifesta na procura do ponto adequado de ajuste entre a criatividade do aluno e o trabalho de orientação realizado pelo professor. O professor não é autor do trabalho, ele não é um coautor ao lado do orientando. O professor é, digamos, um interlocutor e a qualidade dessa interlocução é um ponto muito delicado na formação das pessoas e na relação entre orien-

mônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF, n. 23, p. 191-201, 1994. ISSN 0102-2571. (Idem) A guerra dos lugares: fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano de São Paulo. In: FORTUNA, C. (Org). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Portugal: Celta, 1997. p. 259-269. ISBN 972-8027-78-8. (Idem) The war of places: symbolic boundaries and liminalities in urban space. *Theory Culture & Society: explorations in critical social science*, London, v.13, n.4, p. 81- 92, Nov. 1996. ISSN 0263-2764.

21 ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papiros, 2000. 304 p. ISBN 85-308-0598-4. ARANTES, A. A. Diversity, heritage and cultural politics. *Theory Culture & Society: annual review*, London, v. 24, n. 7-8, p. 290-296, Dec. 2007. ISSN 0263-2764. ARANTES, A. A. Espaço e poder: a construção social do espaço público nas grandes cidades contemporâneas. In: FORTUNA, C. *ET ALLI* (Orgs) *Cidade e espetáculo: a cena teatral luso-brasileira contemporânea*. São Paulo e Coimbra: Educ/CES, 2013, P.23-41. ISBN 978-85-283-0443-5.

22 ARANTES, A. A. Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. *Projeto História: sentidos da comemoração: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 20, p. 63-96, abr. 2000. ISSN 0102-4422.

tador e orientando. Penso que nem sempre se presta muita atenção nisso. Muitas vezes, por circunstâncias, é preciso fazer sessões de orientação coletivas, aceitar orientandos atribuídos pelos coordenadores dos programas de pós-graduação, e nos contentarmos com as generalidades, o que é válido; mas não suficiente.

P: Por fim, gostaríamos de saber como o senhor vê o campo da Antropologia hoje no Brasil. Sabemos que é difícil responder assim de maneira ampla, mas aproveitando o anúncio, na abertura das Jornadas, do relançamento do “Colcha de Retalhos”, como pensar os estudos de família hoje a partir de novas demandas identitárias, questões de gênero ou mesmo novas tecnologias de reprodução? Por outro lado, uma crítica que se faz é a de que se dá pouca importância aos estudos de parentesco, muito presente no seu trabalho sobre compadrio, como um paradigma importante para a Antropologia. Tendo isso em vista, como o senhor vê o relançamento do “Colcha de Retalhos” diante dessas novas demandas que a Antropologia vem discutindo?

AA: Engraçado, você fez a pergunta e tocou em um ponto sensível: minha trajetória foi, grosso modo, do parentesco à produção simbólica, aos mitos, por assim dizer, o que é bastante estruturalista [risos]... Às vezes eu digo que se voltasse a dar aulas, eu estudaria questões de família e parentesco. Não tenho acompanhado a bibliografia. Mas vendo assim, um pouco a distância, penso que a Antropologia tem dado uma contribuição importantíssima não apenas para a compreensão das famílias contemporâneas, mas sobre o modo como as pessoas organizam a intimidade, sobre a vida doméstica hoje. Talvez o próprio conceito de família parta de um modelo inadequado, ou insuficiente. Apesar de não ter acompanhado o assunto, imagino que o modelo da família elementar elaborado por Lévi-Strauss em meados dos anos 1940 tenha sido superado, pois até que ponto esse núcleo de práticas sociais pode dar conta das realidades que hoje observamos? ‘Família’, na experiência social urbana contemporânea, é um conceito tão vago e amplo como ‘cidade’. Sinto muita curiosidade pelo assunto, que é de interesse bastante amplo, inclusive jurídico. Aliás, esses e outros assuntos candentes hoje tem levado os antropólogos a dialogarem com mais frequência com juristas e legisladores²³.

P: O senhor gostaria de falar mais alguma coisa?

AA: Eu já falei tanto! [risos]. Bom, eu queria agradecer a atenção de vocês e dizer uma coi-

ARANTES, A. A. Landscapes of history: contemporary challenges to the conservation of historicity in heritage sites. *Historic environment*. Australia ICOMOS. Victoria, v.23, n.1, P. 22-28, Set. 2010. ISSN 0726-6715. ARANTES, A. A. Heritage as culture. In: KONO, T. (Ed.). *Intangible cultural heritage and intellectual property: communities, cultural diversity and sustainable development*. Antuérpia: Intersentia. 2009. p. 51-75. ISBN 978-90-5095-758-8. ARANTES, A. A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. *Anuário Antropológico*. Brasília, DF, 2007-2008, p. 173-222, 2009. ISSN 0102-4302.

23 A ARANTES, A. A. Patrimônio cultural. In: SOUZA LIMA, A.C. (Org) *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/Brasília: Contracapa/Laced/Associação Brasileira de Antropologia. p.110-124. ISBN 978-85-7740-126-0. ARANTES, A. A. Beyond tradition: cultural mediation in the safeguarding of intangible cultural heritage.

sa. Acho muito, muito positivo que vocês e também os colegas professores de Antropologia estejam refletindo sobre a trajetória do nosso departamento. Não só porque essa reflexão possa contribuir para melhorar as condições de trabalho no Departamento, mas também nessa trajetória encontramos muitas questões interessantes para pensar, novos assuntos de pesquisa. A Unicamp tem uma história particular. Quer dizer, cada instituição tem sua história particular. Mas uma particularidade desta instituição, que talvez ainda não tenha sido analisada, foi o seu papel na luta pela construção de um espaço de liberdade no ambiente autoritário imposto pelo regime militar. Acho importante que este assunto seja trazido à tona, não com saudosismo, mas para reforçar a consciência sobre a importância dessa instituição e os ideais que alimentaram a sua criação e implantação. Ideais que podem ser levados adiante, que vale a pena serem levados adiante, que vale a pena fortalecer e ampliar. Penso que, ao recolherem depoimentos, vocês estimulam a reflexão e, pouco a pouco, podem contribuir para fortalecer o sentido institucional do trabalho que vem sendo tão bem realizado pelos atuais membros do Departamento de Antropologia.

In: ARIZPE, L. (Org) *Anthropological perspectives on intangible cultural heritage*. New York: Springer, 2013. ISBN 978-3-319-00854-7. 145 p. ARANTES, A. A. *Documenting and disseminating traditional knowledge and cultural expressions in Brazil*. Document prepared for WIPO - World Intellectual Property Organization. São Paulo, 2009. 2v. 349 p. Disponível em <<http://www.wipo.int/tk/en/culturalheritage/surveys.html>>.